
Narratives about the implementation of a multifunctional resource room in a federal basic education college in Rio de Janeiro

Narrativas sobre a implantação de uma sala de recursos multifuncionais em um colégio de educação básica federal no Rio de Janeiro

Received: 15-06-2024 | Accepted: 19-07-2024 | Published: 23-07-2024

Jussara Cassiano Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0153-4103>

Universidade Católica de Petrópolis-Brasil

Colégio Brigadeiro Newton Braga- Brasil

E-mail: professorajussara@yahoo.com.br

Késia Cosendey Sindra Mescolin dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7390-7103>

Colégio Brigadeiro Newton Braga-Brasil

E-mail: kesia.sindra@gmail.com

Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5399-6898>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Brasil

E-mail: cristinaangelicamascaro@gmail.com

ABSTRACT

This work presents an experience report about the implementation of the Multifunctional Resource Room in a federal school as well as the use of such room as pedagogical support to the learning process of all students. This environment has been conceived to be located in the aforementioned institution and it has distinct characteristics since it provides learners with a diversity of pedagogical materials, offering other opportunities for consolidating the concepts taught in the regular classrooms. Thereby the present study aimed at: showing the course of action related to the implementation of the space and describing the collaborative activities developed, which are based on active methodologies as well as on the Universal Design for Learning. It has been concluded that the Multifunctional Resource Room might be a learning environment that maximizes the inclusive culture, based on a planning that caters for everyone's participation.

Keywords: Multifunctional resource room; Pedagogical practice.

RESUMO

O trabalho apresenta um relato de experiência sobre a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) em um colégio de educação básica federal, bem como o uso dessa sala como suporte pedagógico para o aprendizado de todos os estudantes. Concebe-se esse ambiente como aquele inserido na escola e que possui características diferenciadas por ter uma diversidade de materiais pedagógicos que oferecem outras oportunidades para a consolidação de conceitos, os quais já foram vistos na sala de aula comum. Desse modo, o presente estudo objetivou: apresentar o percurso referente à implantação do espaço e descrever as atividades colaborativas, desenvolvidas, pautadas em metodologias ativas e no Desenho Universal na Aprendizagem. Concluiu-se que a SRM pode ser um espaço pedagógico potencializador da cultura inclusiva, a partir de um planejamento possibilite a participação de todos.

Palavras-chave: Sala de recursos multifuncionais; Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como propósito apresentar um relato de experiência, a partir do olhar de professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB) e que participaram da organização da sala de recursos multifuncionais (SRM) nesse espaço escolar. Entende-se que tal sala representa um dos suportes ofertadas pela Educação Especial, modalidade de ensino transversal oferecida preferencialmente na rede regular, sendo o local onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (BRASIL, 2009), o AEE tem como objetivo complementar ou suplementar a escolarização dos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Para tal, ele disponibiliza serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que suprimam as barreiras que impeçam a participação efetiva desses alunos em seu meio social e para que possam ter acesso ao seu direito de aprender.

Dessa forma, a sala mencionada foi implantada na referida instituição ano de 2019 com o objetivo de complementar e/ou suplementar o ensino das classes regulares, conforme a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva “(...) a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum” p. 15. Assim, visou-se o aprendizado e desenvolvimento de potencialidades dos estudantes do público-alvo da Educação Especial (PAEE) matriculados nos anos iniciais do referido colégio.

Além de ser utilizada nos atendimentos aos alunos do PAEE no contraturno, nos momentos os quais estava disponível no turno regular, percebeu-se que a SEM poderia ser um ambiente facilitador de aprendizagem e que poderia ser acessada por todos os estudantes nas mais diversas propostas de atividades diversificadas, de modo a ampliar possibilidades de práticas de ensino e democratizar o uso desse espaço, compreendendo-o como pertencente à instituição como um todo.

Esclarece-se que no ano supracitado, o número de estudantes daquele segmento de ensino foi acrescido em 40% dos estudantes, aumentando o quantitativo de discentes do PAEE. A preocupação e vontade da equipe pedagógica quanto à organização de uma SRMs pautou-se no sentido de contribuir para a uma perspectiva de educação inclusiva, de modo a atender as especificidades de cada discente desse público, bem como ampliar ao atendimento por meio de atividades na perspectiva do Desenho Universal na Aprendizagem aos demais alunos.

A proposta de uma SRM é dar suporte complementar ou suplementar ao PAEE no se contraturno escolar, entretanto não há uma sistematização sobre como esse trabalho deva ser dinamizado. Porém, ao refletirmos enquanto comunidade escolar sobre a proposta de atendimentos que seriam realizados, surgiram alguns questionamentos: Quais atividades pedagógicas desenvolveremos nessa sala de modo a contemplar as demandas educacionais de todos os alunos os quais requeiram esse suporte? Os professores possuem formação adequada para a atuação nesse espaço com os discentes do público-alvo da Educação Especial? Como deveríamos organizá-la fisicamente? Quais professores poderiam atuar junto a esse público-alvo? Todas as crianças que estudam no Fundamental I poderiam participar de atividades nessa sala?

Esses questionamentos se faziam presentes o tempo todo nas reuniões pedagógicas que aconteciam semanalmente, momentos os quais os professores discutiam como seria essa organização da sala de recursos multifuncionais e principalmente quais as atividades que seriam desenvolvidas nesse espaço. Glat (2007) esclarece que:

Todas estas (e outras) perguntas são fundamentais porque ajudam a contextualizar e relativizar as práticas. A importância em se relativizar as práticas está no reconhecimento, hoje universal, de que nenhum aluno é igual a outro, e que por isso mesmo, nenhuma ação “inclusiva” feita para um, garante a mesma “inclusividade” para outro.” (GLAT et al., 2007, p. 02).

Como estratégia de trabalho, todos os professores foram convidados a fazer cursos voltados para essa área e assim poder atuar de forma competente junto aos estudantes. O site do Ministério da Educação (MEC) também foi muito consultado por todos os docentes, posto que apresenta algumas normativas e atividades previstas para o PAEE. Para Glat et al., (2007), a educação para se tornar inclusiva, a escola:

[...] precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Isto implica em avaliar e redesenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino. (GLAT et al., 2007, p. 6).

Em seguida, resolvemos organizar o espaço físico da sala. Visitamos a sala de recursos multifuncionais de um colégio com identidade institucional semelhante ao do presente estudo, pois buscava-se conhecer um espaço que pudesse estar bem próximo da realidade organizacional. Destaca-se que o CBNB é um colégio do Comando da

Aeronáutica (COMAER) e uma das três Escolas Assistenciais (EA) da Força Aérea Brasileira (FAB).

Nesse contexto, Canen e Canen (2005) ao abordarem a perspectiva multicultural, apresentam o conceito de identidade institucional. Para os autores, a categoria identidade deve ser ressignificada sob um viés que inclua as tensões entre suas dimensões. Dessa forma, representaria certo progresso quanto ao olhar sobre o multiculturalismo nos diversos ambientes sociais.

Assim, torna-se relevante compreender o conceito de identidade institucional, pois ela seria o *“conjunto de marcadores que caracterizam um ambiente institucional, no marco das tensões entre as identidades individuais plurais, as identidades coletivas e um projeto de instituição que se deve construir.”* (CANEN e CANEN, 2005, p. 43).

Após a visita à referida instituição, notou-se que o espaço físico era distinto daquele que precisávamos no CBNB, pois o público atendido por esse colégio tinha faixa etária diversa ao que há na instituição. Na escola visitada, os alunos ingressam a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e no Colégio Brigadeiro Newton Braga, o ingresso inicia-se no 1º ano dos Anos Iniciais do referido segmento.

No caso do colégio em que se situam as autoras, as histórias, os brinquedos, os jogos e demais recursos pedagógicos precisariam estar voltados para o público infantil com atividades que dialogassem principalmente com o trabalho que o professor regente de classe regular estivesse desenvolvendo em sala de aula. Assim, pensou-se em trabalhar com outras formas de apresentar os conteúdos voltados para o núcleo comum com contação de narrativas, dramatizações, atividades plásticas, música e todas as ações pedagógicas que pudessem ampliar esse aprendizado dos estudantes.

Depois de organizada a SRM, os próprios professores começaram a desenvolver atividades pedagógicas que envolviam todas as crianças da turma e, é nesse contexto que vamos desenvolver este texto, pois concordamos com Certeau (1994) quando afirma que o cotidiano se inventa com mil maneiras de caças não autorizadas. Que outras possibilidades foram consideradas como possibilidades para se desenvolver com todos os estudantes na sala de recursos multifuncionais?

Sala de recursos multifuncionais: espaço facilitador de aprendizagem

Na esteira dos movimentos mundiais por uma escola inclusiva nos últimos trinta anos, temos a Declaração de Salamanca que preconiza que todos os alunos independentes

de sua situação socioeconômica, racial, cultural ou de desenvolvimento devem ser acolhidos em escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender as suas necessidades (UNESCO, 1994).

De acordo com a literatura voltada para a educação inclusiva, essa declaração foi um divisor de águas, pois no paradigma da integração, o aluno que deveria se adequar à escola. Em contrapartida, anos depois com o paradigma da inclusão, torna-se necessária a transformação da instituição escolar para o atendimento da diversidade de formas e tempos de aprender por parte dos alunos.

Inicialmente, a SRM do Colégio Brigadeiro Newton Braga foi organizada com o propósito de atendimento aos estudantes do Fundamental I e por isso foi estruturada pensando nesse público-alvo. Com o público infantil que tínhamos, foi preciso buscar uma variedade de materiais, tais como: alfabetos móveis, números ampliados, jogos, livros de histórias, fantoches para teatro, brinquedos, computadores, dentre outros materiais que ao nosso olhar se mostravam pedagogicamente necessários nessa organização da sala.

Segundo o Decreto 7.611 (BRASIL, 2011) em seu Art. 5º, inciso 7º, parágrafo 3º, as salas de recursos multifuncionais são “(...) *ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.*” Sendo assim, buscou-se adequar os materiais ao público a ser atendido, e acrescentar outros os quais fossem facilitadores da aprendizagem que contemplassem ritmos estilos de aprendizagem diferenciadas.

Para sua implantação, utilizou-se como base o Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2010), o qual prevê dois tipos de Salas de Recursos Multifuncionais para que se realize o AEE. Embora a instituição do presente estudo não se vincule ao Ministério da Educação, buscou-se elencar parâmetros para a organização do espaço por meio de mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos específicos, de modo a atender ao preconizado nas demais instituições de ensino, as quais possuam alunos do PAEE matriculados.

Sendo assim, optou-se inicialmente pela aquisição dos materiais listados na SRM tipo 1, apresentada no referido documento. Gradativamente, foram adquiridos outros elementos que pudessem enriquecer o espaço. Segue abaixo tabela com os itens necessários para esse tipo de sala:

Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colméia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - seqüência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Idéias
Mobiliários	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Fonte: Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2010).

Figura 1: primeiro local em que funcionou a sala de recursos multifuncionais (SRM) do CBNB.



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

Quando o espaço começou a ser utilizado, no ano de 2019, os alunos que frequentavam as turmas regulares começaram a solicitar para participar das atividades junto aos colegas do público-alvo da Educação Especial. Dessa forma, a maioria dos professores começou a realizar atividades coletivas nesse espaço e assim, todos as crianças tinham a oportunidade de aprender de outras formas, o conteúdo que era apresentado na classe regular.

Bacich e Moran (2017) apresentam em seu estudo, a categoria metodologias ativas. Segundo os autores ela enfatiza o protagonismo discente, proporcionando uma

participação direta desde a construção da proposta pedagógica até sua efetivação. Assim, os alunos são convidados a criar e experimentar em todas as etapas do processo ensino-aprendizagem, tornando-os ativos e reflexivos quanto ao trabalho desenvolvido.

Como exemplo das propostas pautadas nas metodologias ativas realizadas no espaço da SRM, podemos citar as voltadas para os estudos com animais. Verificou-se a importância de ter uma conversa sobre a importância dos cuidados que devemos ter com eles e sua interlocução com a saúde de todos os seres vivos. E nesse contexto, convidou-se uma Veterinária para conversar com estudantes.

O local escolhido para a entrevista conversa com a Veterinária foi a sala de recursos. Era um local propício porque nela podíamos encontrar recursos como a TV e o vídeo que nos ajudariam a trazer importantes informações sobre vacinação e cuidados com os animais e pessoas que convivem com eles. Na sala de aula regular seria difícil conjugar todos os recursos que eram necessários naquele momento, como materiais concretos, aparelhos de tv e dvd, dentre outros.

A utilização do espaço da sala de recursos multifuncionais ofereceu outra oportunidade de aprendizagem de forma mais dinâmica para todos os estudantes fazendo com que fossem ampliadas as possibilidades que eles já haviam visto por meio do diálogo com a professora da turma regular, bem como com a utilização do livro didático.

No caso dessa atividade, além das informações que a Veterinária trouxe para as crianças, foi possível que elas apresentassem para os colegas o modo como seus animais são tratados no lar, buscando possíveis intervenções a partir do que estudaram. E nesse contexto, elas aprenderam juntas a partir de atividades diferenciadas, ampliando seus repertórios sobre a temática abordada.

Outrossim, destaca-se a atividade realizada em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que envolvia estudos sobre a despoluição da Baía de Guanabara. Os discentes estavam estudando sobre poluição de forma ampla. E como há um local adequado para estudo prático bem próximo ao colégio, a praia de São Bento, atualmente muito poluída, as discussões se ampliaram para além da sala de aula. Nessa proposta, considerou-se que a utilização da SRM foi fundamental, pois foi possível utilizar outros equipamentos como recursos para as aulas.

Figura 2: roda de conversa sobre Meio ambiente e preservação da Baía de Guanabara na sala de recursos multifuncionais.



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

A partir dessa atividade realizada na sala de recursos multifuncionais, surgiram outras que envolviam os colegas de outras turmas, como a aula-passeio por meio da observação da praia supracitada. Os projetos voltados para a despoluição passaram a envolver pessoas que trabalham na escola e os familiares dos alunos envolvidos.

Figura 3: aula-passeio na Praia de São Bento.



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

As crianças junto aos seus professores começaram a organizar atividades que envolviam a preservação das praias, momentos em que todas as crianças podiam trazer ideias, realizar pesquisas e assim ter acesso ao aprendizado com sentido e significado. Conforme Cosenza e Guerra (2011), no exercício da docência deve-se “(...) *criar oportunidades em que o mesmo assunto possa ser examinado mais de uma vez e em diferentes contextos (...)*” p. 73.

Ademais, os referidos autores apontam que o estudo em grupo, como no caso apresentado, pode ser um caminho profícuo para a aprendizagem, pois possibilita os processos de repetição e elaboração, que são essenciais ao ato de aprender quanto à determinação da força ou traço de memória que será criado, juntamente com a consolidação. Esse último, não pode ser dispensado, já que faz com que os registros de memória sejam retidos no cérebro por um tempo prolongado.

Uma outra atividade a destacar foi a recepção da primeira aluna matriculada no CBNB por ocasião dos estudantes do 4º ano estarem conhecendo a história do colégio. Essa primeira aluna foi convidada a estar no colégio para ser entrevistada pelas crianças e no dia da entrevista, a sala de recursos multifuncionais foi indicada como mais apropriada, pois todos teriam espaço para diálogo com disposição de mobiliários menos tradicional, considerada mais adequada para a entrevistada. Além de terem a oportunidade de usar o equipamento que transmitia imagens do colégio em tempos anteriores.

Figura 3: entrevista com a primeira aluna matriculada no CBNB.



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

Destacamos o quanto essa atividade se fez importante nesse conhecer a história do Colégio. Os alunos tiveram contato com alguém que foi aluno em outra época e estava com eles naquela entrevista, contribuindo para que eles conhecessem mais de perto a história do local onde estudam. Considera-se que a atividade propiciou o senso de pertencimento, percepção de mudança por meio do tempo, bem como registros significativos de memória.

Outra atividade que tem sido bastante realizada na SRM é a contação de histórias, seguida de dramatização. Além das crianças gostarem desse espaço por se mostrar atraente e sem acúmulo de mesas, é um espaço diferenciado que visa uma aprendizagem para além dos contextos que envolvem uma sala de aula regular, já que apresenta materiais diversificados com vistas a uma flexibilização nos modos e tempos de aprender.

Figura 4: contação de histórias com dramatização.



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

Acredita-se que as práticas pedagógicas com metodologias diferenciadas devem estar presentes o tempo todo no contexto escolar, seja na sala de aula regular ou na sala de recursos multifuncionais, pois é fundamental que sejam utilizados diferentes canais de acesso ao cérebro, além do verbal (COSENZA; GUERRA, 2011). Assim, por meio da diversidade metodológica, os discentes poderão ter equidade de oportunidades educacionais.

Nesse contexto, a SRM pode ser um espaço apropriado para a realização de atividades diferenciadas e que podem atribuir maior significação ao conteúdo proposto na classe regular, pois possui a característica de apresentar outras alternativas pedagógicas que visem as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, por meio de jogos, vídeos, atividades plásticas, dentre outras.

Segundo Cosenza e Guerra (2011) há um processo necessário denominado consolidação. Para eles, esse ocorre no cérebro e caracteriza o que se aprende efetivamente. Para os autores, não aprendemos tudo o que estudado de um dia para o outro, e tampouco os conteúdos vistos exclusivamente em sala de aula. Tal fato ratifica a concepção de que os conceitos se tornam mais significativos quando contextualizados, aproximando-se da realidade do aluno.

Dessa forma, compreende-se que a aprendizagem pressupõe experiências significativas com tempo adequado e que oportunizem a exploração de conhecimentos. O ambiente é importante e precisa ser considerado para a aprendizagem, pois os conhecimentos precisam ser utilizados em outros espaços, para que se possa realizar conexões (ZEBATO e MENDES, 2018).

Além disso, Zerbato e Mendes (2018) objetivaram em seu estudo a discussão sobre práticas pedagógicas para inclusão de alunos do público-alvo da Educação Especial em classes regulares, bem como apresentaram um debate inovador a partir das contribuições da categoria de Desenho Universal na Aprendizagem (DUA).

Dessa forma, considerou-se o DUA como outro recurso que pode ser utilizado nesse processo de garantia do direito de aprendizagem para todos os alunos, pois prevê uma perspectiva transformadora sobre o processo ensino-aprendizagem, o qual caminha para além da individualização, de modo a ressignificá-lo. Zerbato e Mendes (2018) esclarecem que esse recurso consiste:

[...] em um conjunto de princípios baseados na pesquisa e constitui um modelo prático que objetiva maximizar as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes PAEE ou não. O DUA tem como objetivo auxiliar os educadores e demais profissionais a adotarem modos de ensino de aprendizagem adequados, escolhendo e desenvolvendo materiais e métodos eficientes, de forma que seja elaborado de forma mais justas e aprimorados para avaliar o progresso de todos os estudantes. (ZERBATO e MENDES, 2018, p.150)

As autoras ainda esclarecem que,

[...] na elaboração de estratégias para acessibilidade de todos, tanto em termos físicos quanto em termos de serviços, produtos e soluções educacionais para que todos possam aprender sem barreiras (CAST UDL, 2006). Destaca-se, ainda, que tal abordagem ainda é pouco conhecida ou disseminada no Brasil, a julgar pela escassez de literatura científica sobre o assunto. (ZERBATO; MENDES, 2018, p. 149-150).

Com base nessa conceituação, Zerbato e Mendes (2018) definem que os aspectos do DUA se baseiam nos estudos de três grandes sistemas corticais do cérebro, os quais se envolvem enquanto ocorre a aprendizagem, são eles: redes de reconhecimento, estratégicas e afetivas. Ele propõe que as atividades pedagógicas devem ser apresentadas de modos variados, considerando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos.

De acordo com as autoras mencionadas, as redes de reconhecimento seriam “o porquê da aprendizagem” em que o professor oferece estímulos por meio dos interesses e motivação dos discentes para o ato de aprender. As redes de reconhecimento representariam “o quê da aprendizagem”, situação em que o docente apresenta informações e conteúdo de formas variadas. Já as redes estratégicas denominam “o como da aprendizagem” e dizem respeito à diferenciação das maneiras de expressão por parte dos alunos sobre o que sabem.

É nesse sentido que as autoras apontam para o conceito mencionado ao trazê-lo para o cerne das discussões quanto ao aprendizado de todos os alunos, sejam do PAEE ou não, já que o mesmo visa:

(...) auxiliar os educadores e demais profissionais a adotarem modos de ensino de aprendizagem adequados, escolhendo e desenvolvendo materiais e métodos eficientes, de forma que seja elaborado de forma mais justas e aprimorados para avaliar o progresso de todos os estudantes. (ZERBATO; MENDES, 2018, p. 150)

Cabe ressaltar que apesar do presente estudo apresentar possibilidades quanto ao uso da sala de recursos multifuncionais como local facilitador da aprendizagem de todos, destaca-se o que é apontado por Zerbato e Mendes (2018) sobre a avaliação das demandas educacionais de cada discente. Assim, considera-se pertinente a garantia do Atendimento Educacional Especializado concomitante ao trabalho realizado pelos docentes em classes comuns na concepção do DUA.

Ao abordarem o Desenho Universal na Aprendizagem, as autoras esclarecem que há casos em que os discentes podem apresentar comprometimentos significativos, os quais poderão impactar o processo de aprendizagem. Desse modo, “(...) *no caso de alunos com necessidades mais complexas, é relevante se pensar em um Planejamento Educacional Individualizado (PEI)*” (ZERBATO e MENDES, 2018, p. 153).

Partindo desses pressupostos, ressalta-se que se deve avaliar as situações de ensino para que haja a efetiva participação de todos discentes nas propostas pedagógicas, pois segundo os autores supracitados, quanto ao público-alvo da Educação Especial, torna-se “(...) *importante avaliar os momentos em que eles precisam dessas estratégias e os momentos em que aprenderão juntamente com os demais alunos, realizando as mesmas atividades sem acomodações.*” (ZERBATO e MENDES, 2018, p. 153).

Desse modo, acredita-se no que é explicitado por Vieira, Hernandez-Piloto e Ramos (2017) sobre o direito a aprender, já que para os autores ele representa uma ação indispensável no espaço escolar e que deve ser tema de reflexão contínua por todos os atores da escola.

Em seu estudo, os referidos autores revelam a necessidade da realização de estratégias que ampliem as formas de apropriação do conhecimento, bem como a concepção de que a inclusão dos alunos do público-alvo da Educação Especial é muito mais que a matrícula dos mesmos na escola regular.

Na instituição mencionada no presente estudo, buscou-se garantir o direito a aprender para os alunos do PAEE e, a partir do envolvimento de outros atores da escola, não só do professor do AEE, com o intuito de ampliar as possibilidades de utilização da sala de recursos multifuncionais para todos os estudantes e docentes, tendo como base o Desenho Universal para a Aprendizagem (ZERBATO e MENDES, 2018).

Observou-se que a prática pedagógica realizada na pesquisa realizada por Vieira, Hernandez-Piloto e Ramos (2017) evidencia caminhos possíveis para que esses alunos possam ter relações mais concretas com o currículo padrão da instituição, algo que transcende a flexibilização curricular.

Partindo das premissas desses autores, deve-se garantir não só o acesso, como a permanência e a apropriação do conhecimento sistematizado, o que é considerado como um tripé do direito à educação para eles. Para tal, pode-se articular saberes comuns e específicos, de modo a considerar tanto as especificidades dos alunos, quanto levá-los a acessar os saberes socialmente construídos.

Sendo assim, no presente estudo considerou-se a educação como um direito de todos os discentes e que pode ser efetivado a partir de práticas pedagógicas as quais possibilitem a interação de diferentes identidades, considerando a diversidade existente na sala de aula. Acredita-se no que é destacado por Mendes (2017) quanto ao fato de a educação inclusiva ser relacionada à igualdade de direitos.

Conforme a referida autora, essa visão pode acarretar a validação e ampliação da desigualdade já existente nos espaços escolares. Desse modo, sugere que seja substituída a relação de oposição entre igualdade e diferença pela relação entre igualdade e desigualdade para se pensar a educação além do discurso de aceitação da diferença. Dessa maneira, o termo mencionado exigiria um processo de reorganização da estrutura escolar.

Dessa maneira, além de se pensar na inclusão escolar, considerada a categoria a mais adequada para se fazer referência à política ou prática de escolarização dos alunos do público-alvo da Educação Especial, bem como sua inclusão nas classes comuns (MENDES, 2017). Buscou-se na experiência relatada neste texto, o que Mendes denomina como educação inclusiva, já que conforme a autora, tal conceito se refere ao processo amplo que não pode ser reduzido ao público-alvo da Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a sala de recursos multifuncionais do Colégio Brigadeiro Newton Braga embora tenha sido implantada num primeiro momento para a realização exclusiva do Atendimento Educacional Especializado para o PAEE. Posteriormente, mostrou-se local facilitador da aprendizagem para estudantes os quais não se inseriam nesse público, passando a oferecer estratégias que contribuíram com a acessibilidade e o aprendizado de todos.

Percebeu-se que as transformações estruturais do espaço mencionado foram gradativas, a partir da variedade de materiais pedagógicos que eram oferecidos de forma diferente daquela já utilizada para o aprendizado dos conteúdos na sala de aula regular. Assim, o atendimento da sala de recursos multifuncionais foi expandindo-se por meio de propostas inclusivas nos momentos os quais o AEE não era realizado, o que a tornou um espaço reconhecido por todos os discentes, sejam do público-alvo da educação especial ou não.

Nesse contexto, o trabalho voltado para a formação continuada mostrou-se como essencial para a realização das ações de implementação do referido espaço. A medida que

os encontros formativos ocorriam, era possível a ressignificação das práticas pedagógicas e o trabalho colaborativo entre os docentes quanto às especificidades de cada aluno.

Ressalta-se que atualmente a SRM é utilizada para o Atendimento Educacional Especializado dos alunos dos segmentos escolares subsequentes matriculados na instituição, como o Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Embora seja realizado esse atendimento no contraturno para os alunos do PAEE, esse local continua a ser compreendido como aquele que promove a acessibilidade para todos, disponibilizando seus recursos também aos docentes das classes regulares.

Acredita-se que o rompimento de uma visão integracionista é premente, já que a inclusão escolar e educação inclusiva referem-se a um direito conquistado. Não há de se pensar em uma concepção de educação que meramente coloca os discentes em espaços diferenciados para terem acesso a ela, sem desconsiderar a reflexão sobre as necessidades individuais dos alunos, já que cada um deles apresenta estilo e ritmo distinto para aprender e a partir desse ponto, realizar a reformulação práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre, RS: Penso Editora, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília:MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. MEC. **Resolução nº 4/2009**, de 2 de outubro de 2009. Brasília, DF: Edições Câmara, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em: 03 de julho de 2023.

BRASIL. MEC. **Portaria Ministerial nº 13/2007, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais". Brasília, DF: MEC, 2007.

CANEN, Ana; CANEN, Alberto G. ROMPENDO FRONTEIRAS CURRICULARES: o multiculturalismo na educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 40-49, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSENZA, Ramon. GUERRA, Leonor. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2011.

GLAT, R. et al. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro, RJ: 7 letras, 2007.

Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2010). Secretaria da Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”**: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas, p. 60-83, 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VIEIRA, Alexandre Braga; HERNANDEZ-PILOTO, Sumika Soares de Freitas; RAMOS Inês de Oliveira. Currículo e educação especial: direito à educação para crianças público-alvo da educação especial. In: VICTOR, Sônia Lopes; VIEIRA, Alexandre Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins (Org.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas** (Orgs) Campos dos Goytacazes, RJ : Brasil Multicultural, 2017.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar**. Educação Unisinos, v.22, n.2, p.147-155, 2018.